



## **LEI ORDINÁRIA Nº 260**

*de 31 de dezembro de 1970*

### **"Dispõe sobre a Aprovação do Orçamento Geral do Município de Coxim".**

*O Prefeito Municipal de Coxim, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu*

#### **Art. 1º.**

*Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Coxim, para o Exercício Financeiro de 1971, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei que estima a Receita em Cr\$ 2.000.980,00 (dois milhões, novecentos e oitenta mil cruzeiros) ou ações com os seguintes desdobramentos:*

<i>Receita Tributária.....</i>	<i>377.800,00</i>
<i>Receita Patrimonial .....</i>	<i>21.500,00</i>
<i>Receita Industrial .....</i>	<i>73.500,00</i>
<i>Transferências Correntes.....</i>	<i>737.580,00</i>
<i>Receitas Diversas.....</i>	<i>75.800,00</i>
<i>RECEITAS DE CAPITAL Alienações de Bens Móveis e Imóveis</i>	<i>50.000,00</i>
<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL Participação em Tributos Federais.....</i>	<i>244.600,00</i>
<i>Auxílios ou Contribuição.....</i>	<i>420.500,00</i>
<i>Total Geral</i>	<i>715.100,00</i>
<i>Receitas.....</i>	<i>2.000.980,00</i>

**Art. 2º.**

*Ficam fixadas as despesas igualmente em Cr\$ 2.000.980,00 (dois milhões, novecentos e oitenta cruzeiros) que serão integralizadas nos quadros do Orçamento, conforme Lei nº 4.320/71, conforme discriminação seguinte:*

	<i>Câmara</i>	<i>Municipal</i>
<i>.....</i>	<i>60.000,00</i>	<i>Gabinete do Prefeito</i>
<i>.....</i>	<i>95.000,00</i>	<i>Secretaria da Administração e Fazenda .....</i>
<i>267.335,00</i>	<i>Secretaria de Obras Públicas.....</i>	
<i>385.600,00</i>	<i>Secretaria de Educação, Cultura e Saúde..</i>	<i>.254.432,00</i>
<i>Departamento de Serviços Urbanos.....</i>	<i>...734.363,00</i>	<i>Total Geral das Despesas.....</i>
	<i>2.000.980,00</i>	

**Art. 3º.**

*Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial Suplementares até 50% (cinquenta por cento) das dotações referidas, digo, referentes as Verbas de Custeio de Serviços e Investimentos.*

**Art. 4º.**

*Fica o Poder Executivo autorizado a liberar por decreto, a aplicação do excesso de arrecadação, se no decurso do exercício a arrecadação atingir as metas previstas.*

**Art. 5º.**

*Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1971, revogadas as disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito Municipal, 31/12/1970*

*sanciono a seguinte Lei:*

---

*Lei Ordinária Nº 260/1970 - 31 de dezembro de 1970*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*